

Fls: N° 1 Proc. N° 0030/2024 SECRETARIA DOS
NEGÓCIOS
JURÍDICOS

MENSAGEM Nº 02/24

Barueri, 12 de janeiro de 2024

Senhor Presidente,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, para a alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo projeto de lei complementar que altera a Lei Complementar n.º 277, de 7 de outubro de 2011, que reformula o estatuto dos servidores públicos do Município de Barueri, para o fim de aperfeiçoar as regras sobre a licença maternidade decorrente de guarda judicial de menor.

Preliminarmente, impende lembrar que, nos termos do artigo 7º, XVIII, CF, a licença à gestante constitui direito social garantido que tem como objetivo a proteção da maternidade e da infância. Tal direito igualmente foi conferido às servidoras públicas, conforme disposto no artigo 39, §3º, da Carta Maior.

Nessa toada, a busca, por meio desta propositura, perpassa pelo melhor compreensão das garantias à licença maternidade, em vista de guarda judicial, máxime para assegurar, de maneira absoluta e prioritária, os direitos da criança, que se encontra em estágio peculiar de crescimento e desenvolvimento.

Evidencia-se que a legislação vigente restringe à licença maternidade apenas para a guarda judicial para fins de adoção.

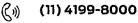


Rua Professor João da Matta e Luz, 84 - Centro CEP: 06401-120 - Barueri/SP



juridico@barueri.sp.gov.br

2/1 0S0000 St:60 tZ0Z-HUC-9Z





Fis: N° 2 Proc. N° 0030/2024 SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

Sucede que a aludida limitação desampara situações de maneira desarrazoada, como no caso de instituição de guarda judicial avoenga, que a lei impede expressamente a adoção, conforme dispõe o artigo 42, parágrafo 1°, da Lei n° 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), pois visa evitar a utilização indevida do instituto, como para alcançar fins meramente patrimoniais ou assistenciais.

Aliás, esta limitação não encontra guarida na jurisprudência atual, consoante se pode aferir dos seguintes excertos:

VOTO-EMENTA PROCESSO REMETIDO PARA FINS DE ADEOUAÇÃO DO JULGADO. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. GUARDA PROVISÓRIA DE MENOR. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE-RÉ. ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DA FINALIDADE DE ADOÇÃO. FINALIDADE DEMONSTRADA NOS AUTOS. EXIGÊNCIA DE AFASTAMENTO DA SEGURADA DA PERMANÊNCIA ATIVIDADE DESEMPENHADA. NA **NOS** NÃO ATIVIDADE DEMONSTRADA AUTOS. ADEQUAÇÃO DE JULGADO. MANUTENÇÃO DO **DESPROVIMENTO** RECURSO DO INSS. SOB DO **FUNDAMENTO** DIVERSO. (TRF-5 RI: **SÉRGIO** 05115737320194058200. Relator: **MURILO** WANDERLEY QUEIROGA, Data de Julgamento: 04/09/2020, Primeira Turma, Data de Publicação: Creta 14/02/2022 PP-)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. CONCESSÃO. GUARDA JUDICIAL COM FINALIDADE IDÊNTICA À DA ADOÇÃO. AVÓ. VEDAÇÃO LEGAL DE ADOÇÃO DE NETO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. (TRF-3 - RI: 00018931720194036345 SP, Relator: JUIZ(A) FEDERAL SERGIO HENRIQUE BONACHELA, Data de Julgamento: 17/08/2020, 1ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, Data de Publicação: e-DJF3, Judicial DATA: 21/08/2020).

E M E N T A: PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. ARTIGO 73, DA LEI 8.213/1991. DIREITO À ADOTANNTE E



Rua Professor João da Matta e Luz, 84 - Centro CEP: 06401-120 - Barueri/SP



juridico@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-8000



Fls: N	ı° 3	
Proc. I	0 <u>0030</u>	2024

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

À GUARDIÃ. ARTIGOS 71-A DA LEI 8.213/1991 E ARTIGO 33, §§ 2° e 3°, DA LEI 8.069/1990 - ECA 1. O salário-maternidade é devido à empregada, trabalhadora avulsa, empregada doméstica, contribuinte individual, facultativa ou segurada especial, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação concernente à proteção à maternidade (artigo 71, caput, da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 10.710/03). 2. O salário-maternidade é pago direta ou indiretamente pelo INSS. No caso da segurada empregada é pago diretamente pela empresa (art. 72, § 1°), mas reembolsado a esta por meio de dedução do valor da guia de pagamento das contribuições previdenciárias (GPS); as demais categorias de seguradas (especiais, avulsas, empregadas domésticas, contribuinte individual etc.) recebem diretamente do INSS. 3. O direito da guardiã ao beneficio decorre do artigo 33, §§ 2º e 3º, da Lei 8.069/1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente e também deverá ser pago diretamente pelo INSS (artigo 71-A, da Lei 8.213/1991). 4. Apelação improvida. (TRF-3 - ApCiv: 00015761320174036111 SP, Relator: Desembargador Federal INES VIRGINIA PRADO SOARES, Data de Julgamento: 05/08/2019, 7ª Turma, Data de Publicação: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 07/08/2019).

...Conquanto inexista previsão legal para a concessão de salário-maternidade àquele que detém a guarda judicial sem fins de adoção, não se pode olvidar que no caso a avó, impedida legalmente que está de adotar, encontra-se em situação semelhante à da adotante, recebendo a criança desde tenra idade para seu cuidado e necessitando afastar-se de seu trabalho. 2. Hipótese em que deve ser reconhecido o direito ao benefício, à base de 120 dias, por se tratar de criança com menos de um ano, ex vi do disposto no artigo 71-A, da Lei nº 8.213/91. O recorrente sustenta ofensa ao artigo 71-A da Lei n. 8.213/91, haja vista que a parte autora não cumpriu o requisito exigido por lei, que exige para o gozo do auxílio-maternidade a existência de guarda judicial definitiva. Em contrarrazões ao recurso especial a ora recorrida, alega em síntese que não há falar em impossibilidade jurídica do pedido, já que no presente caso a avó, em razão da tutela e diante da vedação legal à adoção,



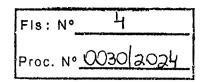














equipara-se à mãe, fazendo jus ao beneficio da licença-maternidade. (STJ - REsp: 1411955 PR 2013/0340671-5, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: DJ 25/05/2017).

Sobreleva apontar que os entendimentos jurisprudenciais superaram o entendimento que a licença-maternidade está vinculada à guarda judicial para fins de adoção, mormente ao se verificar que a guarda judicial avoenga possui finalidade idêntica à adoção.

Nesse sentido, tese foi fixada pela Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região (TRU/JEFs), em sessão de julgamento do dia 29/04/2022, em que restou decidido que: o salário-maternidade deve ser estendido à avó segurada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que obtém a guarda judicial, pois, apesar do impedimento à adoção, a situação de fato não difere daquela vivenciada nos casos de guarda judicial para fins de adoção, exigindo, da mesma forma, o afastamento da segurada do trabalho(Processo nº 5043905-06.2019.4.04.7000/TRF).

A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito seja dada a ela o tratamento a que faz alusão o art. 61, §1º da Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para saudar cordialmente Vossa Excelência e seus Nobres Pares, reiterando meus protestos de apreço e distinta consideração.

RUBENS FURLAN
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor ANTONIO FURLAN FILHO Presidente da Câmara Municipal de BARUERI

